

**ACADÊMICOS TERENAS EM SOCIOLOGIA
HISTÓRIA DA RESISTÊNCIA E A BUSCA DA INTEGRAÇÃO**

Maria Regina de Moraes (PG UEMS)

mregina_moraes@hotmail.com

Silvane Aparecida Freitas (UEMS)

RESUMO

Nosso artigo tem como objetivo compreender os motivos que levaram dois indígenas da nação Terena da região de Campo Grande – MS cursarem ciências sociais e suas perspectivas quanto a esse modelo de graduação, que formam cientistas sociais, sendo que aparentemente seria mais útil algum curso voltado às questões da área rural. Quando esses dois integrantes da nação Terena foram vistos no curso de Sociologia, causou espanto aos demais acadêmicos, inclusive aos professores. Nosso interesse está em saber quais foram os discursos que legitimaram essas ações que atravessaram o processo cultural idealizando essa prática. Na perspectiva da análise do discurso da linha francesa teremos como principais teóricos, Foucault (1996, 2005, 2006, 2007), Bakhtin, (2003, 2011), Coracini (2009), Guerra (2010), Bauman (2004) e Hall (2005), no propósito de enriquecer nossas pesquisas e compreendermos melhor as questões identitárias do estudante indígena com bases teóricas diversificadas.

Palavras-chave: Terenas. Sociologia. História. Integração. Análise do discurso

1. Introdução

A história do Brasil foi constituída em meio a exploração e submissão dos povos nativos e, posteriormente, a do africano que passou por mazelas tão ou mais gritantes e humilhantes que a dos nativos que, diferente dos negros, tinham uma “certa” proteção da Igreja Católica. No entanto, neste artigo, trataremos das condições existenciais dos indígenas brasileiros, em especial da região de Campo Grande – MS, da nação Terena. Esses sujeitos foram atravessados pela cultura europeia que fizeram seus discursos de forma conveniente as suas necessidades econômicas e religiosas e sem o mínimo cuidado, ou melhor, respeito ao outro, mesmo porque eram vistos, conforme Guerra (2011, p. 136), como “[...] homens exóticos nus, com os corpos pintados e adornos de plumas”. Eram as populações tribais e “selvagens”, que viviam isoladas. Nesse aspecto, já colocava esse sujeito como um ser “puro”, isso quer dizer, sem influência de outras culturas complexas, e de fácil dominação, apenas a sua, ou semelhante, que dependiam diretamente da natureza, sem a interpelação de sociedades mais populosas, ou até mesmo de civilizações primeiras como a inca, maia e asteca, na região da América Latina que já viviam os perí-

odos iniciais de sociedades mais elaboradas com organização de Estado, o nosso nativo vivia numa constituição social do período histórico do neolítico (pedra polida), homem e natureza se confundiam, interagiam. Seu interlocutor era apenas a natureza e a busca de suas necessidades mais básicas.

Nesse modelo cultural, foi desenvolvido uma identidade própria, com seus valores culturais constituídos em suas vivências simbólicas e de outras nações próximas. Mesmo possuindo vertentes linguísticas diferenciadas, mas com processo histórico semelhante - homem e natureza, primitivos coletivistas –, sua prática discursiva produzia interesses bem semelhantes de sobrevivência.

Para entender essas práticas, conforme Coracini (2009), a transdisciplinaridade é imprescindível para que possamos ultrapassar os efeitos de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da soberania do sujeito, vislumbrando-se, enfim, a densidade e a complexidade da linguagem no contexto inicial do tripé da análise de discurso: língua, materialismo histórico e psicanálise de Pêcheux. E quando esse homem e natureza (terra) foi interrompido do seu processo histórico natural, precipitadamente por outra cultura composta de tecnologias e mercantilismo, que em seu meio ambiente não se fazia necessário, deixou-o maravilhado com as quinquilharias europeias, mas logo depois, extremamente angustiado e aterrorizado com suas ações destrutivas futuras. Segundo Wenceslau (2011, p. 17-18),

[...] a importância da vida na terra, para os indígenas, sem que esta terra perca seu significado e seja colocada no infinito, é como a palavra ao vento, onde nada se registra, é como perder a vida, vivendo-a sem significado ou significância.

Os novos valores que foram modelando a identidade cultural dessas nações indígenas que estabeleceriam em seu tempo histórico um novo e constante discurso que provocava novas relações entre homem e natureza (terra). Nessa sua busca por libertação e por vezes integração ao modelo social do “branco”, procuram manter seu aspecto inicial cultural, resistindo ao máximo a dominação do mundo ocidental ainda hoje. Principalmente na atualidade, conforme Bauman, a manutenção identitária na pós-modernidade se depara com

[...] os atuais “problemas de identidade” se originam, pelo contrário, do abandono daquele princípio ou do pouco empenho na sua aplicação e da ineficácia de seu fomento onde isso é tentado. Quando a identidade perde as âncoras sociais que a faziam parecer “natural”, predeterminada e inegociável, a “identificação” se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam de-

esperadamente um “nós” a que possam pedir acesso. (2004, p. 30).

A ideia de pertença, que a construção da identidade garantia anteriormente, está fragilizada não só devido a vários processos histórico-tecnológicos, mas principalmente a globalização econômica. Historicamente, iniciou-se com a Era das Navegações no século XVI, que fez com que as agonizantes culturas nativas resistentes, nesse caso do seu espaço territorial e o modo de construir seu mundo, conforme seu olhar e criatividade, sucumbissem permanentemente sem a mínima esperança de uma reconstrução, mesmo que aculturada, onde todo esse processo de dominação poderia ser encarado como positivo ou negativo dependendo do mercado. Hoje a identidade atrelada à ideia de pertença mais do que qualquer outro período histórico, uma vez que

Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que assegurávamos a nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. (HALL, 2005, p. 12).

Os discursos dos nossos colonizadores atravessaram de maneira enfática e permanente o cotidiano dos nossos indígenas (GUERRA, 2010), por meio da linguagem, a qual, nessa perspectiva, não é concebida como algo transparente, mas sim como algo que é opaco, lugar do equívoco, da cultura e da ideologia, logo, da heterogeneidade.

Esse sujeito que já possuía um processo atravessado por um cotidiano “selvagem”, culturalmente falando, agora, vê-se em situação complexa, de um desconhecido que lhe entope de novidades tecnológicas, esse outro que lhe fará conformar com essa nova identidade, de construção de valores culturais opostos aos seus, a opacidade discursiva se fará em um cotidiano rodeado de boas intenções, presentinhos, ideologias colocadas como sagradas para justificar e materializar a dominação. Agora o real proprietário da terra, na visão capitalista, é subjugado a escravo no próprio chão, através de ações discursivas do dominador que invertendo os “papéis” e funções que os indígenas possuíam, torna “o discurso a manifestação material do poder do qual se quer apoderar”. (FOUCAULT, 2005, p. 10)

Todo esse contexto histórico não ficou em seu passado, a ideia de “inocente”, no sentido de ignorância e insignificância permaneceu e permanece nas nações indígenas pelos colonizadores e seus herdeiros. As elites econômicas e políticas, mesmo após a independência de 1822 e também da República em 1889, continuaram deixando o índio como o

negro sem fazer parte desses processos de conquistas políticas emancipatórias, diferente das Independências da América espanhola que cada grupo social tinha um interesse para emancipação política, quanto aos nossos índios eram vistos e convencidos de que são cidadãos de segunda categoria, quase um “peso” a ser carregado pelas elites, observamos que esses discursos ainda permanecem nos ditados populares sobre o indígena, em nosso caso, o sul-mato-grossense, observamos:

Como esses discursos não partem de um único, mas de vários lugares enunciativos (o político, o historiador, o jurídico, o midiático, o didático), a rede de formulações gerada pelo cruzamento dessas diferentes posições enunciativas põe em cena a angústia da sociedade para saber quem somos, quem é esse sujeito produzidos pelas diversas práticas historicamente instituídas. Essa rede interdiscursiva instaura, pois, um confronto entre posições enunciativas a partir do qual é possível entender, circunscrever e construir um quadro da(s) identidade(s) dos indígenas sul-mato-grossense. (GUERRA, 2011, p. 131).

Esse apanhado histórico feito até aqui sobre a história do Brasil e o processo de dominação dos nativos desse lugar, se deu no intuito de compreender as razões que levaram os indígenas da aldeia dos terenas em Sidrolândia – MS procurarem uma formação universitária na área de ciências sociais na cidade de Campo Grande – MS. Os nomes serão fictícios, João e Maria, aos acadêmicos para que não ocorra futuros constrangimentos. Observando quais foram os discursos que interpelaram o imaginário desses indígenas terenas para fazerem opção por um curso universitário no campo da política, economia, antropologia e a complexidade social, e porque não dizer também com um mercado de trabalho bem restrito? O que os interessa realmente, a parte profissional do curso ou conhecimentos políticos estratégicos? Existe uma importância social nesse tipo de graduação para os terenas?

Esses sujeitos agora é que produzirão, por meio de seus discursos em entrevista, um imediato conhecimento de suas expectativas quanto ao futuro deles e da nação Terena com a graduação desses sujeitos. Portanto a nossa reflexão se debruçará na perspectiva transdisciplinar, focando tanto em autores da análise de discurso de linha francesa, como Foucault, Bakhtin, Guerra, Coracini (2009), como em autores que desenvolvem estudos na perspectiva cultural, tais como Bauman (2004) e Hall (2005).

2. A nação Terena e suas relações com o poder do Estado

Partindo da base teórica bakhtiniana, compreendemos que os enunciados e seus gêneros discursivos estão diretamente ligados entre a história da sociedade e a história da linguagem, onde os gêneros do discurso se organizam em primário e secundário, sendo que o primário é formado na comunicação direta, imediata, e na secundária, o gênero necessita de um convívio cultural mais elaborado, desenvolvido e organizado.

Nosso artigo se pauta nos dois gêneros discursivos bakhtinianos, observando a ação interpretativa cultural que nos possibilita a entendermos como os discursos foram sendo forjados na história cotidiana e na construção histórica, ou seja, a transformação de vivências nas nações indígenas brasileiras, por meio da ideologia e da cultura europeia até os nossos dias com seu total domínio, que estruturou nossos modelos, sociais e de Estado.

A população terena de Mato Grosso do Sul, região de Campo Grande, possui uma dinâmica mais politizada como poucas desse Estado, nessa aldeia terena que os acadêmicos de sociologia, denominados aqui de João e Maria, habitam, está estruturada com escolas e organizações comunitárias para sempre que necessário reivindicarem seus direitos e cumprirem seus deveres, “sociais e jurídicos dos brancos” conforme as condições que o município em nome do Estado lhes impõe, e, nesse sentido, o povo terena se acomodou às exigências e à aculturação dos brancos, mesmo sabendo que tais condições modificariam em definitivo sua cultura. Maria em um discurso em sala de aula demonstra sua expectativa com o curso superior e também as angústias da sua geração em conquistar seus espaços sociais, ocorrendo em tom de desabafo relata,

[...] na verdade, hoje não podemos esperar que só a aldeia nos forneça as condições que precisamos para sobreviver, além da cultura lutamos para que nosso trabalho seja reconhecido e valorizado, mesmo com o curso superior o nosso desafio ainda é grande, por isso a maioria de nós pretende aplicar a formação na nossa aldeia mas se precisar ao menos temos ideia de como sobreviver fora dela. (Entrevista cedida no dia 12/11/2014 em sala de aula)

Nesse seu discurso, Maria demonstra uma angústia irremediável, seu discurso é um discurso do outro, “colonizador” que derrotou esse povo pelas condições impostas, não só a ela, mas a toda uma geração, herdeira há séculos de uma dominação perversa, que não bastou só reduzir sua qualidade de vida, mas que impuseram ao mundo suas ideologias, proliferando como a peste a sua maldição estrutural social como a esca-

vidão, o mercantilismo e o catolicismo, interrompendo o processo natural dos povos de se desenvolverem a partir de si mesmos. Segundo Bakhtin (2011), existe uma complexidade no ato bilateral de conhecimento-penetração que ele descreve da seguinte forma:

A complexa dialética do interior e do exterior. O indivíduo não tem apenas meio e ambiente, tem também horizonte próprio. A interação do horizonte do cognoscente em o horizonte do cognoscível. Os elementos de expressão (o corpo não como materialidade morta, o rosto, os olhos etc.); neles se cruzam e se combinam suas consciências (a do eu e a do outro); aqui eu existo para o outro com o auxílio do outro. (BAKHTIN, 2011, p. 394).

As memórias que se cruzaram e se fizeram não resistiram a aculturação bruta, sangrenta e dominadora, esse povo hoje parece-nos muito mais preocupado em garantir a pouca terra que lhe restou e os direitos aos seus herdeiros do que com a força interior identitária no aspecto biológico nos seus sentidos e significados e da ideia de pertencimento, conforme o acadêmico indígena João:

[...] temos poucas garantias do nosso território, a nossa população está crescendo e precisamos resistir para manter nossos direitos. Quanto à cultura, ainda conservamos algumas como a dança do pau, mas as nossas crenças estão dispersas, temos muitos nativos evangélicos e a pajelança sincretizou-se com a macumba. (Entrevista cedida no dia 19/11/2014 em sala de aula)

A realidade sobre o Estado brasileiro no trato das questões indígenas observada aqui vai ao encontro dos estudos de Guerra (2010) para os povos indígenas já distantes daquele padrão do índio “selvagem”, não tem sido fácil impor sua indianidade à sociedade e ao Estado brasileiro, apesar de contarem com o apoio político de entidades indigenistas de grande credibilidade e peso na sociedade, como é o caso do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) da Igreja Católica, de antropólogos e suas universidades e dos Procuradores da República do MPF, entre outros. No caso do discurso do João e sua presença marcante na sala de aula, tem uma postura menos crítica da situação frente ao dito por Maria, mesmo porque ela é uma senhora, enquanto ele é jovem com muitos sonhos e muito bem-humorado, mas consciente de seus limites. Em outro discurso desses acadêmicos sobre os desafios para frequentarem a universidade, relataram as razões das muitas faltas da Maria e algumas do João, “nossas ausências na maioria das vezes são devidos às más condições do transporte e outras, bloqueios e movimentos que fazemos por alguma reivindicação para a aldeia”.

Nessa relação de poder exercida pelo Estado que chega até abafar posturas das autoridades defensoras das causas indígenas, percebemos

que esse poder não emana só do Estado pelo Estado, mas a diversas formas de poder que envolvem toda a sociedade, Foucault (1979) descreve essas relações de poder dizendo que, “os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos (tecnologia do corpo, olhar, disciplina) que nada ou ninguém escapa”.

3. Educação e identidade terena

Conscientes dos papéis sociais que exercem para garantir as migalhas que o Estado e a sociedade lhes concedem, ela como professora e ele funcionário de uma empresa privada, dividem as mesmas expectativas sobre a formação acadêmica, buscam, na realidade, inclusão e interação social no mundo dos “brancos”, mesmo porque seus discursos foram atravessados, idealizados a cultura capitalista, sua história não foi dominada, mas ainda está sendo desconstruída, segundo Foucault (1992),

A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística. Relação de poder, não relação de sentido. A história não tem “sentido”, o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas. (FOUCAULT, 1992, p. 5).

Os terenas são considerados uma das etnias mais resistentes em permanecer com seus valores culturais, essa informação foi-me passada por Maria, dizendo que não abriram mão de ensinar na escola, a língua terena às crianças da aldeia, enquanto outros povos já abriram mão desse direito, mas o material didático segue o ritmo da escola regular, ela finaliza seu discurso proferindo não haver saída para essas crianças num futuro próximo em enfrentar a crise de identidade, hoje suas vestes são comuns a nossa, jeans, camiseta e boné para os meninos e as meninas mudam pouca coisa do vestuário dos meninos quando nos referimos ao jeans e camiseta, complementando com os vestidos, saias etc., também seguem o estilo da sociedade comum.

Eis aí uma bela crise de identidade, quando esses jovens estão na aldeia já não são considerados pelos mais velhos verdadeiramente indígenas, devido sua roupagem, e quando estão no centro urbano são tidos como indígenas travestidos de “brancos”. Como fica esse sujeito agora, que apesar de estar em um mundo globalizado, a única forma de garantir seus direitos é permanecer indígena e sendo indígena é submetido a uma cidadania secundária. Nesses discursos, iniciamos nossa compreensão

pela escolha que os indígenas, acadêmicos de Ciências Sociais, fizeram por esse curso. Esses sujeitos, apesar de se preocuparem com uma formação que lhes desse segurança econômica e social, como os demais jovens não indígenas, optaram por um desafio a mais, uma formação que não só lhes possibilitasse uma licenciatura para a prática educativa, como também conhecimentos para situações de reivindicação política, uma compreensão maior da sua realidade.

A princípio, a escolha partiu das necessidades da aldeia, a disciplina de sociologia para o ensino médio da escola da aldeia que estava sendo ministrada por professores que não eram da área e isso já fez com que alguns se interessassem em ter esse diploma sem entenderem a profundidade do curso, conforme relata João, com a confirmação de Maria. Seguindo o critério da noção de sujeito de Oliveira e Freitas (2011), partimos do princípio de que a noção de sujeito está atrelada à noção de subjetividade, pois os sujeitos dos discursos são sujeitos dispersos inseridos com diferentes situações de fala, e ou em diferentes posições ocupadas na sociedade. João e Maria, sujeitos interpelados pela cultura do capitalismo e excluídos da estrutura de Estado revelam-se convencidos das necessidades de se integrarem a esse modelo, integrando também os seus, nesse modelo social, tentando minimizar as dificuldades de suas trajetórias, revelam-se esperançosos com a inclusão social.

Comentando na escola da aldeia sobre suas pretensões com o curso de ciências sociais, João e Maria nos informam que seus principais representantes nas questões dos direitos indígenas não são apenas advogados e missionários, mas também outros formados em ciências sociais que possibilitaria a se especializarem em antropologia ou ciência política, podendo então fazerem parte atuante das organizações e comissões em defesa dos direitos indígenas.

4. Considerações finais

A tarefa mais simples em uma formação de Estado está em garantir que um povo “possua” a ideia de nação, que se sinta amparado e parte dessa instituição, mesmo porque, caso isso não ocorra, essa população terá que ser dominada e controlada por força do exército e ideologias religiosas, conforme Althusser,

Os aparelhos ideológicos de Estado funcionam de um modo massivamente prevalente, pela ideologia, embora funcionando secundariamente pela repressão, mesmo no limite, mas apenas no limite, esta sendo bastante atenuada,

dissimulada ou até simbólica (não há aparelho puramente ideológico), assim as igrejas e a escola “educam” por método apropriado de sanções, de exclusões, de seleção etc. (ALTHUSSER, 1985, p. 47)

A América Latina se constituiu, nesse espectro da força, sacrifícios e estigmas raciais pelos europeus no início histórico da globalização no século XVI. Segundo Guerra (2010), observa-se que foram vitais, para o desenvolvimento histórico do sistema capitalista, os regimes de exploração e escravidão dos continentes americanos e africanos da época colonial, procurando nas diferenças raciais, formas ideológicas de justificação desses regimes.

A construção dessas ideologias dominantes se estrutura na inferiorização da cultura dos dominados e logo suas identidades foram consideradas primitivas, não evoluídas, conforme Hall (2005), as nações ocidentais modernas foram também os centros de impérios ou de esferas neoimperiais de influência, exercendo uma hegemonia cultural sobre as culturas dos colonizados. O mais agravante de tudo isso é quando o dominado é convencido da sua insignificância, tornando-se dependente das “graças” do dominador legitimando por tempo indeterminado sua subjugação.

Em torno desses fatos, deparamo-nos com esses sujeitos ainda resistentes a total anulação cultural e do seu território, buscando interagir com o sistema social e econômico do “branco”, João e Maria, nossos acadêmicos de Sociologia, ao demonstrarem seus sentimentos e aspirações, deixaram curiosos e confusos os colegas de sala e algumas outras pessoas envolvidas, por isso se tornaram fonte de pesquisa para essa nossa investigação.

Esses atores sociais da nação Terena, durante as entrevistas, se revelaram dispostos a compartilharem seus sentimentos e expectativas na formação universitária, o que facilitou nosso trabalho, como são conhecidos historicamente, a maioria das etnias brasileiras nativas são passivas e receptivas, aspectos que facilitaram a dominação e o extermínio gradual e contínuo desses povos, a persistência na manutenção de traços culturais e a resistência em se manterem nas aldeias lutando por seus territórios, mesmo porque a terra para o indígena tem outro significado que não o mercantilista, a terra para esses povos não pode pertencer a ninguém porque pertence a todos, homem e terra é uma coisa só. Tiveram que ir e foram buscar meios de sobrevivência com a prática dos “brancos”, através da educação e modelos de trabalhos que não mais os seus, onde o tempo lhe pertencia, agora também como o branco, o indígena se rendeu

ao tempo que o sistema capitalista impõe.

João e Maria, nossos futuros sociólogos indígenas, revelaram muitos planos que fizeram a partir do conhecimento que estão adquirindo com um ano e meio de estudos, os projetos apresentados de suas pesquisas na própria aldeia já são analisados com mais criticidade, conseguem perceber as deficiências e eficiências na grade curricular do município e estão valorizando ainda mais suas práticas culturais, o que para eles era tão comum, agora trazem vídeos das danças e apresentações dos jovens da aldeia para toda a turma compartilhar, está sendo enriquecedor e conscientizador das questões sociais brasileiras, mas está longe da resolução da problemática da inclusão desse grupo humano. Nesse aspecto, nos atentamos a uma colocação de Guerra (2011, p. 146), “uma coisa é identificar os casos de exclusão e denunciá-los; outra é recomendar a inclusão, a integração, como cura, pois, muitas vezes, a inclusão forçada e apressada é a pior forma de exclusão”.

Essas discussões a respeito da inclusão indígena, apesar de antiga, nunca deixa de estar presente em nosso cotidiano, mesmo porque não consegue ser razoavelmente resolvida, por mais apoios sociais que eles possam ter das universidades e das religiões é desafiadora sua permanência em meio ao branco pois,

[...]. a identidade é algo reclamado por quem precisa de um lugar para reivindicar direitos: uma bandeira de luta dos excluídos de uma ordem de direitos. Desvela-se, então, a problemática da representação, que necessita do outro para construir sua unidade: o outro do indígena que se une ao branco dos *jeans* e *bonés* vetores sobre os quais são tecidos os construtos identitários, mesmo que os sujeitos de um mesmo território nacional, o branco é “cidadão” brasileiro que acolhe o “estrangeiro” do território da abjeção. (GUERRA, 2010, p. 146).

Nossos estudos e pesquisas nos revelaram essa dura realidade dos indígenas do Mato Grosso do Sul, que, por mais que façam, sempre parecem para o branco como sujeitos incapazes de se articularem em seu meio, até colocam que sabem que os indígenas são seres humanos “normais”, ou seja, “normal aqui é, fazer o que o branco faz”, mas na vida prática essa fala se contradiz. Ao se matricularem em um curso de ciências sociais, João e Maria levaram para os colegas “brancos” de sala outro olhar para com os indígenas, nossa constatação após um ano e meio de observação e pesquisa, é que a integração, inclusão e socialização ocorre de maneira tranquila com laços de amizade e respeito, mas nada nos garante que isso permanecerá acaso ocorra uma situação de conflito e interesses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. *Freud e Lacan, Marx e Freud*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Lisboa: Presença, [s/d.].

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad.: Aurora Fornoni Bernadini *et al.* São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Trad.: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CORACINI, Maria José R. F. *Migrantes em situação de rua: representações de si, do outro e do outro de si*. Trabalho apresentado no painel plenário intitulado “Transdisciplinaridade e Análise do Discurso na América Latina”, VIII Congresso de la ALED: *Miradas Multi/Transdisciplinarias a los Estudios del Discurso*, na Universidade Autónoma de Nueva Leon, Monterrey, México, 11 a 16 de outubro, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 19. ed. Trad.: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. *A ordem do discurso*. Trad.: Laura Fraga de Almeilda Sampaio. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. *A arqueologia do saber*. Trad.: Luiz Felipe Baeta Neves e Vera Lúgia Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUERRA, Vânia Lescano. Entre a mídia impressa e o discurso da “integração”, a construção identitária dos indígenas. In: CORACINI, Maria José (Org.). *Identidades silenciadas e (invisíveis): entre a inclusão e a exclusão*. Campinas: Pontes, 2011.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

OLIVEIRA, Marlúcia Francisca; FREITAS, Silvane Aparecida. Discurso de posse do sujeito Lula e a heterogeneidade constitutiva. In: FREITAS, Silvane Aparecida; CARVALHO, Jacques Elias. *Política, identidade e marginalidade*. Curitiba: CRV, 2011.

WENCESLAU, Marina Evaristo; GONÇALVES, Débora Fittipaldi. Identidade, alteridade e marginalidade indígena em Mato Grosso do Sul. In: FREITAS, Silvane Aparecida; CARVALHO, Jacques Elias. *Política, identidade e marginalidade*. Curitiba: CRV, 2011.